

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Gabriel Valle de Oliveira

Gustavo da Costa Viana

**UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL A RESPEITO DA
SUBJETIVIDADE**

ANÁPOLIS

2020

**GABRIEL VALLE DE OLIVEIRA
GUSTAVO DA COSTA VIANA**

**UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL A RESPEITO DA
SUBJETIVIDADE**

Artigo para a conclusão de graduação, apresentado ao Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica como requisito parcial à aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador (a): **Prof. Dr. Artur Vandr  Pitanga**

ANÁPOLIS

2020

RESUMO

Mediante a uma ampla utilização do termo “subjetividade” na psicologia moderna, e em busca de respostas dos autores sobre o termo numa visão comportamental, o presente texto tem como finalidade discorrer sobre como o contexto histórico influencia no processo de formação de uma subjetividade mentalista e também apresentar aos leitores este tema sobre os olhos de uma ciência do comportamento. O método viável para a realização deste texto foi o ensaio acadêmico, dando a capacidade aos autores em questionar o conceito de subjetividade através de leituras em artigos, livros e indagações levantadas pelo orientador deste trabalho. Apresenta-se, então a subjetividade internalista e dualista, sendo um conceito que foi moldado por contingências históricas sociais, econômicas e políticas. Para a análise do comportamento tal conceito se explica mediante a comunidade sócio verbal que provê o reforço para a aprendizagem do indivíduo em tatear o ambiente fora e dentro da pele. Portanto o conceito de subjetividade não pode ser entendido como um modelo de causalidade do comportamento, e sim um termo utilizado para se referir a eventos privados.

Palavras-chave: subjetividade, análise do comportamento, psicologia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1	Do coletivo social à concepção de indivíduo	8
2.2	Da dicotomia público-privado para o universo mental	10
2.3	O conceito de subjetividade na psicologia moderna	13
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, como área do conhecimento estabelecido, se configura através de diferentes visões epistemológicas a respeito do ser humano. Trata-se de um de saber que apresenta uma diversidade de abordagens que coexistem na academia e na prática profissional. A orientação teórica, ou perspectiva de ser humano, é um assunto que gera discussões e posicionamentos por parte de estudiosos e pesquisadores. É compreensível a existência de debates de ideias, controvérsias e polêmicas que envolvem a psicologia e sua diversidade, principalmente em ambiente acadêmico. Nesse sentido, acadêmicos do curso de psicologia, no decorrer da formação, tendem a se identificar com determinada perspectiva teórica, por diversas razões. É exigido que o estudante, em tempo de formação universitária, adote para aprofundamento teórico e prática profissional futura, uma abordagem específica (Silva *et al.*, 2018).

É através das abordagens psicológicas que ao estudante de psicologia são apresentados diferentes conceitos, tais como: subjetividade, comportamentos e fenômenos psicológicos (Silva *et al.*, 2018). Nas teorias da psicologia pode-se observar visões de ser humano que partem de concepções, como “liberdade”, “processos psíquicos subjacentes às suas ações no mundo”, “processos cognitivos”, “comportamento como interação organismo-ambiente”, entre outros. Todos esses conceitos e concepções apresentam complexidades e exigências que estão de acordo com o contexto sociocultural e momento histórico em que eles surgiram.

O presente artigo de conclusão de curso apresenta o conceito de subjetividade de acordo com a análise do comportamento. O “universo da subjetividade humana” é um tema caro à psicologia moderna, sendo constantemente inserido em textos, artigos e discursos, além de ser base de explicações sobre as razões pelas quais as pessoas fazem o que fazem. Refletir sobre o que permeia a subjetividade, sob perspectiva comportamental, pode lançar luz sobre novos caminhos de compreensão do comportamento humano complexo.

Os autores, responsáveis pelo tema, partiram de uma inquietação sobre como a análise do comportamento, como abordagem da psicologia, compreende o conceito de “subjetividade”. Essa inquietação surgiu em meio à formação na graduação, em que é perceptível a oferta de poucas matérias sobre behaviorismo e análise do comportamento.

O objetivo fundamental do artigo em questão é gerar conhecimento que colabore com a comunidade acadêmica e, se possível, ajudar, mesmo que de maneira modesta, a sanar o déficit de

matérias e temas conceituais sobre psicologia comportamental. Sobretudo, apresentar possibilidades de interpretação conceitual que ultrapassam antigas concepções mentalistas tradicionais.

Para que uma discussão acadêmica faça sentido em torno de conceito de subjetividade, gerando abertura de ideias, reflexões e novos entendimentos, percebemos que o ensaio acadêmico para esse momento é o mais indicado como caminho metodológico. Foram utilizados para fundamentar os argumentos propostos neste ensaio em forma de artigo, artigos e capítulos de livros. O estudo sobre o tema foi constante e contou com reflexões e especulações dos autores, além de provocações de pensamento do professor orientador. O estágio supervisionado em clínica analítico comportamental e a presença e participação em grupo de estudo¹ foram contextos para aprofundamento sobre a subjetividade humana.

O conceito de subjetividade na psicologia moderna é de difícil compreensão, já que existem diferentes abordagens com definições distintas, o que para o acadêmico em psicologia poderá ser confuso e não elucidativo. Entender este conceito nos parâmetros da análise do comportamento requer, primeiramente, uma compreensão do processo histórico da relação do indivíduo com seu meio social, econômico e político.

Sendo assim, pode-se apontar que a mudança do sistema feudal, onde as pessoas viviam em prol do coletivo, para o sistema capitalista, busca pelo desenvolvimento pessoal, como um dos possíveis pilares para uma melhor compreensão deste conceito. Também, vale ressaltar que filósofos ocidentais renascentistas influenciaram a forma de como a psicologia moderna irá estudar o indivíduo e como a sociedade pós-moderna perceberá as “dimensões” que este possui. O objeto de estudo da análise do comportamento é a relação funcional entre comportamento e ambiente, logo, a relação que o indivíduo tem com a sua cultura ao longo de seu desenvolvimento fará com que este tenha capacidade tatear eventos dentro e fora da pele, atribuindo nomes a estes eventos; através do processo de modelagem (Todorov, 2012).

Dentro de uma perspectiva comportamental a subjetividade poder ser entendida como um conceito aprendido e corriqueiramente utilizado na sociedade para designar uma dicotomia em que só o indivíduo tem acesso aos eventos privados. Portanto, este conceito só tem função para uma explicação didática, não sendo relevante estende-lo como uma ficção explanatória, o que facilitaria

¹ Grupo de estudo Interação. Trata-se de um grupo de estudo organizados por estudantes do curso de psicologia da UniEvangélica que aborda temas relacionados à análise do comportamento e behaviorismo radical.

de forma clara e pragmática o ensino para acadêmicos e curiosos. É importante ressaltar que não há um “plano”, nem um planejamento cultural para a construção da subjetividade como é vista por grande parte da psicologia, e sim um conjunto de contingências sociais que foram fazendo o humano se enxergar mais como individualizado e menos como social. Explana-se também sobre a construção da visão dualista pública e privada, vindo da Grécia antiga até o momento atual, não como algo arquitetado, mas também como um arranjo de contingências sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia, enquanto uma nova área de conhecimento, distinta da filosofia, nunca apresentou unanimidade sobre seu objeto de estudo desde seus primórdios até os tempos atuais. As diferenças de concepção estão relacionadas à perspectivas sobre o ser humano determinadas por fatores históricos, sociais, econômicos e políticos. Todavia, a construção da psicologia pode ser vista a partir de dois modelos importantes: a) o modelo experimental, baseado nos pressupostos das ciências naturais que tem como precursor Wilhelm Wundt, que se interessava principalmente por processos elementares da consciência (Bock *et al.*, 2001); b) e o modelo voltado para as Ciências Humanas, tendo como base os métodos descritivos das Ciências Sociais, estudando as produções culturais e a subjetividade (Silva *et al.*, 2018).

Entender esses modelos iniciais se faz necessário para compreender que a história da psicologia apresenta, logo em seus primórdios, diferentes maneiras de explicar o comportamento e a subjetividade (Silva *et al.*, 2018). Percebe-se o surgimento de uma vertente psicológica vista como “científica-naturalista”, enquanto outra vertente se apresenta como “social-humanista”.

As abordagens, ou vertentes de conhecimento, que mais se destacam na psicologia moderna são: Behaviorismo, Psicanálise e Humanismo (Schultz & Schultz, 2002), dentre estas abordagens existem diversas possibilidades teóricas e práticas, como por exemplo: *Gestalt* Terapia, Terapia Centrada na Pessoa, Fenomenologia, Behaviorismo Radical, Psicanálise, Psicologia sócio histórica, Psicologia Cognitiva e etc. Durante o curso de graduação, o acadêmico tem a possibilidade de estudar e conhecer todas as abordagens, seus fundamentos, estilo e desdobramento enquanto prática profissional. O termo subjetividade, fundamentalmente, está presente nas teorias de todas as abordagens da psicologia.

2.1 Do coletivo social à concepção de indivíduo

A princípio, a configuração de subjetividade pode ser compreendida ao longo de um processo histórico complexo. Para compreender do que se trata a subjetividade humana, será necessário compreender eventos históricos onde este termo foi sendo desenvolvido. No sistema feudal existia interdependência do indivíduo com o outro, homens e mulheres postos em hierarquias, em funções de classes, pertencentes a uma sociedade agrária (Tourinho, 2009).

Então, o período histórico medieval e o modelo feudalista de sociedade passam a ser ponto de partida para o estudo dos aspectos subjetivos da natureza humana. A concepção de subjetividade, nesta época, parte do coletivo e não em projetos e interesses pessoais, para Elias (1987/1994, p. 108), “eles pensam e agem primordialmente do ponto de vista de nós”. Não existia essa distinção entre indivíduo-sociedade, o que não faz sentido a definição de indivíduo² nesse modelo de sociedade (Tourinho, 2009).

A transição do sistema feudal para o capitalismo, com o crescimento da produtividade agrícola, teve como consequência novos modelos econômicos e sociais, surgindo assim o modelo de relação, tornando diferente do sistema anterior (Tourinho, 2009). Para este autor, a regulação da produção e das condições do mercado, exigiu o desenvolvimento cada vez maior de habilidades “profissionais” para atividades destes setores, ou seja, começa a acontecer a diferenciação das funções sociais. A conquista pessoal, através do sucesso material ou econômico, começou a não mais depender do indivíduo em hierarquia, mas sim das habilidades que este possui. A “conquista pessoal”, a valorização de feios econômicos, a individualidade em meio a nova vida em centros urbanos, somada a uma atividade econômica dinâmica e intensa, marcam o contexto sócio histórico para o surgimento de concepções como: “indivíduo”, “liberdade”, “mérito pessoal”, entre outros.

A partir do século XV, com o aumento da população nas cidades, mobilidade das pessoas, a formação do Estado, influenciará o deslocamento do indivíduo em direção a conquista de sua nova identidade social (Tourinho, 2009). E dentro desta nova identidade social começa a desenvolver um leque de opções que o indivíduo terá que decidir mais por si para garantir sua

²Indivíduo (do latim *individuus, a, um*) que tem como significado como aquilo que não se pode dividir, separar, o ser que faz parte da espécie humana (Rubeiro & Neves, 2009/2020).

autonomia, “onde os laços de interdependência entre os homens dão lugar a autoimagem de autonomia do indivíduo” (Tourinho, 2009, p. 30).

Ainda de acordo com o autor acima referido, as condições de vida em isolamento no período feudal eram bastante aversivas. As pessoas que buscavam esse caminho eram vistas como loucas e eram assim dignas de desconfiança perante a sociedade. Os espaços de moradia, trabalho, lazer ou crença eram compartilhados e as práticas e valores da sociedade eram sociais, fazendo com que a satisfação individual e o reconhecimento pessoal fossem diretamente expostos ao imediato círculo social. A vida individual no período feudal se fazia sem sentido e também pouco possível.

Um aspecto que vale a pena destacar diz respeito a comportamento social sob controle de agência religiosa durante o medievo. A “vida espiritual” do homem comum naquele momento era também pública, os escritores de grande parte da idade média escreviam supondo que os “leitores” (na verdade ouvintes) iriam escutar em voz alta as suas palavras ao invés de lerem individualmente, pois era função da Igreja ler os escritos ao grande público, que em sua maioria não sabiam ler (Manguel, 1997).

Ariés (1991) destaca que as grandes mudanças de social para individual advindas da sociedade de mercado podem ser representadas por três fatores. A formação e ação dos estados nacionais que passaram a assumir responsabilidades que antes eram funções da comunidade local, o desenvolvimento da alfabetização que se tem como consequência a leitura silenciosa e por último a reforma protestante e contrarreforma católica que introduziram novas formas religiosidade. Logo, a relação dinâmica desses três fatores resultou num afrouxamento de vínculos sociais aos quais o homem feudal estava ligado, fazendo então que, os indivíduos se tornassem cada mais individualistas no intuito de construir seus objetivos pessoais, objetivos estes impossíveis em tempos passados.

Devido a construção da noção de indivíduo no ocidente, se institui a categorização de subjetivo/privado/interno e mental e conseqüentemente os estudos sobre as dicotomias clássicas da psicologia, objetivo-subjetivo, interno-externo, público-privado e físico-mental (Tourinho, 2009). Nesse sentido, ao se tratar da dicotomia público e privado, a experiência de vida fora de uma perspectiva social se iniciou na dissolução da vida baseada no feudalismo e a transferência para a vida em uma sociedade de mercado.

Considerando as linhas acima escritas, compreende-se que a construção do “mundo privado” é causada não pelas mudanças interiores do indivíduo e sim por conta das suas relações com a sociedade. Seu interior é consequência ou reflexo da sociedade, e muda em função da mesma. O universo sociocultural e suas relações complexas determinou a emergência de uma espécie de novo ser humano, em que parte da manifestação de seu comportamento está contido debaixo da pele.

2.2 Da dicotomia público – privado para o universo mental

O fenômeno do “homem coletivo” transformado no “homem individual”, no *indivíduo* propriamente dito, é um processo gradativo. Há cada vez mais a valorizações da vida privada, responsável em grande medida pelas realizações pessoais. Essa privatização de emoções e sentimentos se faz tão presente, que o homem acha natural a forma de se lidar com os sentimentos, pensamentos e crenças, dificilmente experimentados de outra forma (Figueiredo & Santi, 1997).

A privatização dos sentimentos e pensamentos, tendo cada vez mais um “lugar” subjetivo de manifestação *no* ser humano, acarreta problemas, sendo o principal deles a dualidade objetivo-subjetivo. Eis uma questão para a filosofia.

Essa questão se desenvolve através da tentativa do homem de representar a realidade de modo mais seguro. Tourinho (2009) afirma que o empirismo do inglês Francis Bacon e o racionalismo do francês René Descartes se fazem dispostos a explicar o motivo do fracasso dos sistemas de crenças mais antigos e mostrar suas fragilidades, construindo também condições para um conhecimento seguro e verdadeiro. O ato intelectual de Descartes de duvidar ou o afastamento dos ídolos ou falsas noções de Bacon, dependem da obediência ao método, que funcionam como uma purificação do intelecto na busca da verdade. Tem-se então, de um lado o entendimento que é necessário a abdicação das condições pessoais para a representação mais precisa da realidade (legado filosófico de Bacon) e do outro lado são exatamente essas condições pessoais que conduzem o homem a verdade (legado filosófico de Descartes). Contudo, é importante ressaltar que para ambos os filósofos existe a noção de que a verdade é representada independente do sujeito que a conhece.

Tourinho (2009), põe em destaque que existe uma outra problematização que se passa com o indivíduo do conhecimento, que é o entendimento de um afastamento entre o sujeito e o objeto

do conhecimento, assim diz o autor: “a verdade torna-se atributo de enunciados que representam apenas propriedades da realidade, nada contendo de qualidades do próprio sujeito que se dedica a conhecê-la” (p. 73). Por essa razão, propõe ainda o autor, que é essencial compreender a gênese da problematização da subjetividade para poder compreender melhor os enunciados modernos sobre as faculdades subjetivas. Portanto, o objetivo-subjetivo sintetiza como o homem passa entender sua relação com a verdade, enquanto objeto de conhecimento: uma relação que se baseia no afastamento e autocontrole de suas faculdades pessoais para que o domínio da verdade seja possível.

Uma das mais famosas dicotomias discutidas, a do espaço físico e o mental representa a ideia de que o homem é dividido em substância física e substância imaterial (Massimi, 1986). Essa ideia surge na filosofia grega em especial no platonismo que dá à luz a categoria de alma, a fazendo então a raiz do dualismo. Tourinho (2009), afirma que no pensamento do filósofo grego de Platão há uma motivação para a suposição de que a alma preexiste ao nascimento do homem, que seria a desqualificação da possibilidade de o homem chegar a verdade por meio de interlocução, fazendo com que se as dimensões interpessoais do homem não possam chegar a verdade, as mesmas não são possíveis ou veem de outro local, que para a igreja medieval seria Deus e para Platão encerrada no próprio homem.

Ribes (2004), afirma que podemos encontrar a dicotomia “corpo-alma”/“físico-mental” também nos pensamentos do filósofo grego Aristóteles. Para este filósofo a alma não existe na ausência do corpo, também se pode encontrar na filosofia judaico-cristã, porém lá a alma é algo totalmente separada de qualquer corpo, e ainda pode se mover ou ser afetada por outro corpo. Ribes então conclui esta linha de raciocínio, explicando que foi René Descartes quem forneceu argumentos racionais para a cisão do homem, sendo alma a razão e a matéria o corpo, separando assim, as ações humanas de seus respectivos raciocínios, o comportamento tomou forma mecânica, e a alma tomou forma de uma “mente cognitiva”.

Sendo assim, pode-se compreender que o dualismo “corpo-alma”/“físico-mental” está assentado em uma desqualificação dos processos sociais e individuais como forma segura de adquirir conhecimento e não em um compromisso com a transcendência, sendo “uma consequência inevitável do individualismo associado à desqualificação do corpo” (Tourinho, 2009, p. 82).

Por conseguinte, se faz necessário então trazer à tona a concepção de homem que fica aparente com o processo civilizador e é bem definida por (Elias 1939/1990), o “*homo clasus*”, que é o homem fechado em si mesmo. Assim argumenta o autor:

A concepção de indivíduo como *homo clasus*, um pequeno mundo em si mesmo que, **em última análise, existe inteiramente independente do grande mundo externo**, determina a imagem do homem em geral. Todo outro ser humano é igualmente visto como “*homo clasus*”. Seu núcleo, seu ser e seu verdadeiro eu aparecem igualmente como algo nele que está separado por uma parede invisível de tudo o que é externo, incluindo todos os demais seres humanos. (Elias, 1939/1990 p. 238)³

Essa concepção de indivíduo fechado em si mesmo soa como quase uma visão extremista sobre a individualidade do ser humano “... inteiramente independente do grande mundo externo”. O “*homo clasus*” seria a desconsideração da concepção do ser humano como ser social? Uma questão que surge.⁴

O referido autor discorre ainda sobre a natureza dessa barreira, criticando que ela quase nunca é devidamente explicada e que a experiência quando se trata de interno e externo é aparentemente tão auto evidentes que raramente se põe isso em questão.

Tanto o entendimento do ser humano como ser coletivo (período medieval), que “passa a ser” indivíduo (início da modernidade), quanto as dicotomias inerentes ao que se compreende atualmente como “objetivo – subjetivo” são construções socioculturais determinadas por épocas e por perspectivas filosóficas. Pode-se dizer, nesse sentido que a gênese dos aparatos mentais, ou a própria mente, é consequência de construção social e faz parte do saber sobre as características essenciais do ser humano. Em seguida, apresenta-se o uso do termo “subjetividade” na psicologia contemporânea.

³ Grifo nosso.

⁴ Trata-se de uma questão que vai além dos propósitos do presente artigo. Considera-se um tema de pesquisa para o futuro, considerando a complexidade do assunto.

2.3 O conceito de subjetividade na psicologia moderna

No dicionário da Associação Americana de Psicologia (APA) *subjetividade* é definida como “a tendência em interpretar dados, ou fazer julgamentos à luz de sentimentos, crenças ou experiências pessoais”, e “em pesquisa empírica, a falha em alcançar padrões adequados de objetividade”. No mesmo dicionário tem-se a definição de *subjetivo* como “ocorre ou existe apenas dentro da mente” e “particular a uma pessoa específica e, portanto, intrinsecamente inacessível à experiência ou observação de outros”, e uma terceira definição, que diz respeito a “baseado em ou influenciado por sentimentos pessoais, interpretações ou preconceitos”.

Percebe-se que as noções, por exemplo, de “indivíduo”, “ocorre dentro da mente” e “particular a uma pessoa”, remetem a uma experiência pessoal interna e individual, sendo um evento acessível somente à pessoa que se comporta. Essas noções utilizadas para definir e caracterizar os temas subjetividade e subjetivo podem ser entendidas como o resultado do processo de individualidade do ser humano ao longo dos séculos. Por esse ângulo, o ser humano apresenta uma particularidade, acessível a ele mesmo, que o caracteriza como ser individual e único, a sua subjetividade. A dicotomia entre subjetivo e objetivo é questionada por correntes de pensamento que influenciaram significativamente a psicologia moderna.

Abordar os problemas do ser humano, no sentido de problemas psicológicos ou psicopatologias, foi um marco da psicologia do século XX, que acompanhou o modelo biomédico desde seus primórdios. Uma das maneiras de compreender as origens dos “males psicológicos” foi, de certo modo, tentar acessar a subjetividade. É nessa direção que para a psicanálise a subjetividade é compreendida partindo da ideia do inconsciente (Parreira, 2014). O que é subjetivo, de acordo com o modelo interpretativo da psicanálise está relacionado a estruturas psíquicas inconscientes que determinam o que uma pessoa pensa, sente e faz.

Para o cognitivismo, de acordo com Monteiro (2009) a subjetividade pode ser compreendida através do fenômeno cognitivo, este conceito é uma consequência da evolução das espécies, no qual a cognição “é um domínio comportamental que pressupõe a existência de um sistema nervoso que por sua plasticidade é capaz de expandir de forma dramática a capacidade de interação entre os organismos” (Monteiro, 2009, p.1). Tendo como limite da expansão humana a linguagem e a autoconsciência.

Diante de algumas explicações de outras linhas teóricas da psicologia, percebe-se que a maioria das concepções compreendem a subjetividade como fruto de uma construção social ou evolutiva que teria como produto final a formação de uma entidade dentro da pessoa.

Inúmeras explicações foram discorridas durante o texto sobre subjetividade, mas quais seriam os pressupostos filosóficos da análise do comportamento diante deste assunto? Para se ter uma ideia clara a respeito, é preciso compreender o que é o behaviorismo, e como os autores desta filosofia compreendiam e divergiam de outros autores de sua época quando o objeto de estudo era sobre o comportamento humano.

Com a publicação de vários artigos, entre eles o *Psychology as the behaviorist views it* (a psicologia como um behaviorista a vê) em 1913, John Watson propôs o estudo da psicologia objetiva, pois a psicologia de seu tempo tinha como principal caminho para a compreensão do ser humano o estudo da introspecção. As pesquisas da psicologia do início do século XX eram incoerentes para Watson, já que as outras ciências, tais como a física e a química se desenvolvia pelo meio da observação enquanto a introspecção dependia diretamente do sujeito e eram metodologicamente limitadas (Baum, 2006).

Ainda de acordo com Baum (2006), o principal objetivo de Watson seria exclusivamente o estudo do comportamento humano através da observação, não utilizando termos como mente, consciência, subjetividade e nem a semelhança entre animal e humano. Porém, não se tinha clareza do que seria “objetivo” e “comportamento”, no qual teve como consequência várias interpretações do que seriam estes termos e quais seriam suas definições ao longo do tempo (Baum, 2006).

B. F Skinner, nas décadas de 1950 e 1960, trouxe uma nova visão que seria conhecida como behaviorismo radical. Essa versão da psicologia entra diretamente em contraste com o behaviorismo clássico, pois enquanto a principal preocupação dos behavioristas clássicos eram os métodos das ciências naturais, a de Skinner foi a explicação científica (Baum, 2006). Compreender profundamente como a ciência opera, como é organizada e como deve ser questionada e aprimorada torna o behaviorismo radical uma filosofia da ciência.

Um dos conhecimentos importantes na perspectiva behaviorista radical é o comportamento operante, no qual as consequências de um determinado comportamento podem refletir sobre o comportamento emitido, fazendo com que altere a sua probabilidade de emissão (Skinner, 1953/2003). Comportamentos são mantidos por suas consequências.

Outra característica é que comportamento é função do ambiente. Nesse sentido, ambiente é qualquer evento que aconteça no universo e que possa afetar o organismo, porém parte do universo está dentro da pele (Skinner, 1953/2003). Comportamentos que ocorrem debaixo da pele (privados, como emoções e pensamentos) são acessíveis somente ao indivíduo que se comporta. O que diferencia o comportamento público (acessível a mais de uma pessoa) do comportamento privado é uma questão de acessibilidade e não de natureza. Ou seja, para o behaviorismo radical, não é necessário recorrer a agentes internos, explicações e definições mentalistas para entender o que é subjetivo, mas sim a relação que o indivíduo tem com o meio e o nível de acesso que este possui aos eventos privados.

Para Skinner (1953/2003), a questão de eventos privados vem sendo estudada por filósofos e leigos por mais de dois mil anos, e que nunca foi resolvida satisfatoriamente, pois

Muitas vezes afirmou-se que muitos termos subjetivos são metafóricos, ao menos na origem. A linguagem da emoção é quase inteiramente metafórica, seus termos foram tomados emprestados de descrições de eventos públicos nos quais tanto a comunidade como o indivíduo têm acesso. (Skinner, 1953/2003, p. 283)

Skinner, ao estudar o comportamento humano como interação, desenvolve uma maneira única de compreender o ser humano, pois observa não somente as causas do comportamento, mas sobretudo, suas consequências. Outro comportamento complexo, de interesse fundamental de Skinner é sobre um tipo especial de ação, indireta ao ambiente, que determina as nossas relações culturais, chamado de comportamento verbal (Skinner, 1978).

O termo “comportamento verbal” foi um dos caminhos utilizados por Skinner para o rompimento com explicações da psicologia que colocam a causalidade do comportamento para dentro do ser humano. Para a psicologia vigente, as ideias, as imagens, os significados e informações, são tratadas como entidades internas e independentes ao indivíduo (Sério & Andery, 2012). A essa noção de entidades internas independentes e que determinam o que uma pessoa faz, os behavioristas radicais denominam de mentalismo.

No comportamento verbal, como comportamento operante, existem os operantes verbais: mando, tato, textual, intraverbal e entre outros (Sério & Andery, 2012). Para compreender melhor

a respeito da subjetividade, atenta-se ao operante verbal tato, pois a compreensão daquilo que damos nome para as coisas ao nosso redor e para aquilo que sentimos será explicado com mais ênfase neste operante verbal.

O entendimento em relação ao operante verbal tato acontece quando o controle da resposta verbal está no estímulo antecedente não verbal, tais como objetos, nomes, cores, letras, números e etc. Aprendemos a emitir este operante durante o nosso processo de aprendizagem, quando damos nomes ao que sentimos e o que está ao nosso redor, esta aprendizagem se dá através de um contato prévio que temos com a comunidade verbal em que estamos inseridos, ou seja, uma relação entre estímulo antecedente, falante, e reforçamento condicionado generalizado por parte desta comunidade (Sério & Andery, 2012).

A comunidade verbal ao ensinar um indivíduo a tatear estímulos públicos, como objetos, pessoas, coisas, etc., está em uma condição privilegiada de acesso a esses estímulos, que nesse caso são públicos, ou seja, os estímulos são acessíveis à comunidade verbal que ensina e ao indivíduo que aprende. Seguimos com um exemplo: uma mãe que ensina a uma criança o nome que se dá ao objeto bola, e solicitar que a criança repita “bola”, na presença do estímulo bola. O objeto bola é acessível à mãe (comunidade verbal) e à criança (ser que está aprendendo a tatear).

Em outra circunstância, ensinar uma criança a tatear estímulos privados, ou seja, ensinar o tato de eventos subjetivos é difícil para a comunidade verbal. Essa dificuldade natural da espécie humana reside no fato de que os eventos subjetivos não são acessíveis para a comunidade verbal. Como sabemos que uma criança, em seus primeiros anos de vida, está com fome, cede, saudade, raiva, amor, etc. A comunidade precisa compreender a relação entre o comportamento privado de uma criança e o contexto à sua volta. Uma mãe pode perceber que uma criança está com fome por observá-la colocando os dedos na boca, salivando, olhando para comidas em uma mesa, apontando o dedo indicador para algum alimento específico, etc. Nesse momento a mãe, ou pessoas próximas, pode dizer à criança “o bebê está com fome?”, “quem vai papar agora, com muita fome?”, “você tá com fome de quê?”. Observa-se que a palavra “fome” aumenta de frequência mediante tais circunstâncias. Exemplos como esse são comuns como maneira de ilustrar explicações sobre como a comunidade verbal ensina uma ser humano a entrar em contato com sua subjetividade.

Skinner (1953/2003) ao mencionar sobre subjetividade, compreende a mesma como comportamento como qualquer outro. A diferença entre público e privado então reside, sobretudo,

em acessibilidade. Público e privado são comportamentos complexos e estão em interação constante com o ambiente. Sendo assim:

Os eventos da subjetividade, sentimentos e pensamentos em particular, enquanto relações comportamentais não são propriamente públicos, nem privados. São relações das quais podem participar (sob certas condições) eventos inacessíveis à observação pública direta, mas das quais também participam eventos observáveis. (Tourinho, 2009)

A noção de privado então, na concepção da análise do comportamento, não se mistura com o subjetivo mental ou interno. O privado apenas sinaliza que o fenômeno comportamental sobe certas contingências poderá não ser observado diretamente. Sobre a dualidade físico-mental Skinner (1953/2003) diz que é quase inevitável que os outros cientistas digam que exista o mundo da mente ou da consciência e que estudam somente a outra metade, o “físico”, e conclui suas argumentações, dizendo que uma das maiores contribuições que a ciência do comportamento pode dar é sugerir apenas um lado dessa dualidade.

Ao compreender o behaviorismo radical e sua concepção de subjetividade a relação entre o sujeito que se comporta e o ambiente é valorizada e a observação científica dessa relação complexa passa a ser exigida como fonte de conhecimento sobre o ser humano. A subjetividade é, sobretudo, uma consequência da relação que o ser humano estabelece com o mundo a sua volta. Nesse sentido, na interpretação da análise do comportamento o dualismo objetivo-subjetivo, não é necessário, pois, todo responder seja privado ou público são controlados por contingências ambientais (Skinner, 1953/2003). O comportamento humano é valorizado como um todo complexo, mesmo que uma parte desse “todo” aconteça debaixo da pele.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram abordadas três principais questões neste ensaio acadêmico: a) a história resumida da subjetividade, b) as concepções de outras linhas teóricas da psicologia a respeito do assunto e c) a concepção que a análise do comportamento tem a respeito.

O entendimento da noção de subjetividade exige conhecimento histórico e social. O conhecimento da filosofia e seus desdobramentos ao longo dos séculos, o período medieval e sua concepção religiosa de mundo, além do advento da psicologia moderna, lançam luz sobre as razões pelas quais o ser humano “olhou para dentro de si mesmo”. Sendo assim, a subjetividade é resultado de uma conjunção de fatores sociais, históricos, filosóficos, científicos, políticos, entre outros, que contribuíram para o advento de uma noção de ser humano. O mundo interno é uma parte sensível e especial do mundo externo.

A concepção de uma subjetividade forjada socialmente por eventos externos e inserida na complexidade da interação entre ser humano e ambiente faz cair por terra a noção de causalidade interna e a noção de uma dualidade de natureza, que contrapõe subjetivo e objetivo como se fossem fenômenos distintos entre si.

Em uma perspectiva analítico comportamental o entendimento da subjetividade inicia-se com as descrições sobre estímulos e respostas, comportamento operante e suas consequências, a noção de contingência e análise funcional, os níveis de seleção da espécie humana (filogenia, ontogenia e cultura), comportamento verbal, a sociedade e sua história. Além do mais, o behaviorismo radical, como uma filosofia da ciência, questiona veementemente noções abstratas como liberdade, mente, essência, entre outras, propagadas como causas de comportamentos e utilizadas sempre como “verdade inquestionável” nas explicações da psicologia moderna.

As linhas teóricas que existem no curso de psicologia valorizam conhecimentos sobre fenômenos da realidade através da dualidade físico/mental, objetivo e subjetivo. O behaviorismo radical, por ter uma concepção monista do indivíduo, não recorre a esta dualidade, e compreende a subjetividade através do comportamento verbal, principalmente através do operante verbal tato, no qual aprendemos a observar e nomear o que está ao nosso redor e aquilo que também sentimos e pensamos.

REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1991). *História da vida privada Vol. 3 - Da Renascença ao Século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de H. Feist.
- Baum, W. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed
- Bock, A. M. B et al. (2001). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bock, A. M.B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador: Uma história dos costumes volume 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Tradução de R. Jungmann. Publicado originalmente
- Figueredo, L C. M. & Santi, P. L. R (1997). *Psicologia: Uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ.
- Manguel, A. (1997). *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras
- Massimi, M. (1986). A questão mente-corpo nas doutrinas dos primeiros séculos da cultura cristã. *Cadernos PUC*, 23, 9-24.
- Monteiro, R. C. (2009). Cognição, cultura e subjetividade – Domínios da Psicologia no processo ensino-aprendizagem. UFRJ.
- Ribes, E. (2004). Behavior is abstraction, not ostension: Conceptual and historical remarks on the nature of psychology. *Behavior And Philosophy*, 32, 55-68
- Ribeiro, J.P. (1985). *Gestalt-Terapia: Refazendo um caminho*. Summus Editorial, São Paulo.
- Rezende, J. M. (2010). Pessoa, indivíduo, sujeito. *Revista de Patologia Tropical*, Vol. 39 (1): 69-71.
- Rubeiro, D. & Neves, F. (eds.). (2020). *Dicio - Dicionário Online de Portugues*. Obtido de <https://www.dicio.com.br/>
- Schultz, D. P., Schultz, S. E. (2002). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.
- Sério, T. M. A. P.; Andery, M. A.; Gioia, P. S. & Micheletto, N. (2012). *Controle de estímulos e comportamento operante: uma (nova) introdução*. São Paulo
- Silva, G. F. B. P; Cardoso, B. S M; Franco, K.D & Moscon, D. C. B. (2018). Os significados do conceito de abordagem teórica e as implicações na prática do psicólogo: um estudo

com graduandos de psicologia. XVII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS.

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. (Original de 1953).

Skinner, B. F. (1978). *O comportamento Verbal*. Traduzido por M.P Villalobos. São Paulo. Cultrix. (Original de 1957)

Todorov, João Claudio. (2012). *Sobre uma definição de comportamento*. Perspectivas em análise do comportamento, 3(1), 32-37.

Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. Centro Paradigma, São Paulo-SP.